



**Fecomércio PE**

Sesc | Senac

Instituto Fecomércio

**Boletim Conjuntural**  
**Janeiro | 2018**

# Boletim Conjuntural

## Janeiro | 2018

### 1. CONJUNTURA NACIONAL

O crescimento do Produto Interno do Brasil chegou a 1,01% em 2017, conforme estimativa publicada no Boletim Focus<sup>1</sup>. Não se trata de uma variação muito expressiva, mas é um resultado que, em termos relativos, representa um desempenho da economia brasileira bem melhor que o observado nos três anos anteriores: PIB praticamente estável (crescimento de 0,5%) em 2014; retração de 3,8% em 2015; e, em 2016, declínio adicional de 3,6%. Evidente que, depois de o país atravessar essa prolongada recessão econômica, o desempenho positivo de 2017, mesmo modesto e refletindo uma produção de bens e serviços – em termos absolutos – ainda bastante inferior à que foi registrada nos três anos anteriores, é um resultado a ser comemorado. Não apenas pelo fato de a economia registrar crescimento, mas – e principalmente – pela expectativa de que tal desempenho positivo venha a materializar o início de uma recuperação sustentada da economia brasileira, com variações positivas mais expressivas nos próximos anos. Os principais indicadores econômicos apontam nessa direção: desemprego em queda, melhoria no saldo (ainda levemente negativo) entre admissões e desligamentos no mercado formal de trabalho, aumento real da massa de salários, inflação abaixo do piso da meta estabelecida pelo Banco Central. Portanto alimentam-se fundadas expectativas de que a economia

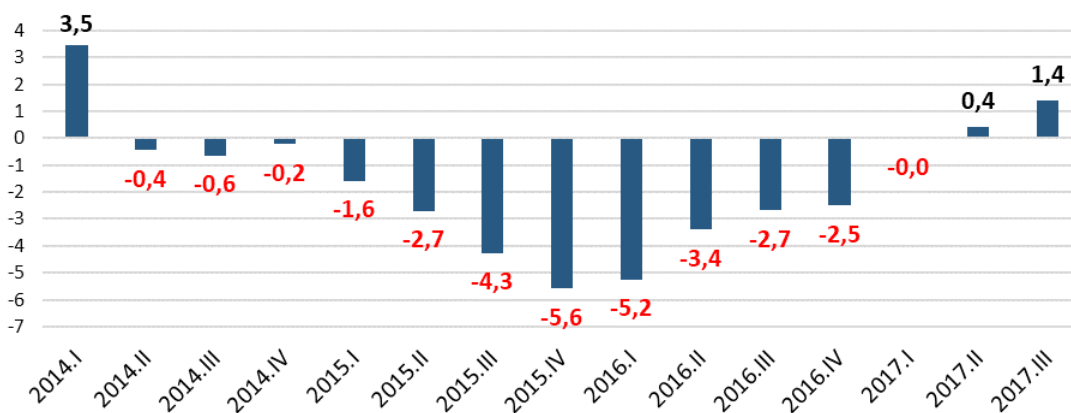
brasileira finalmente venha a entrar em rota de crescimento sustentado.

Por outro lado, assinala-se que o volume de investimentos – mola propulsora da economia –, que caiu muito nos últimos anos, ainda está para revelar início de um processo de significativa recuperação. De fato, apesar de um resultado positivo no 3º trimestre de 2017, a formação bruta de capital fixo (indicador de investimento) registra queda de 3,6% no resultado acumulado do ano (janeiro a setembro). Com os juros em queda, inflação baixa e expectativas favoráveis, espera-se que o volume de investimentos apresente crescimento significativo, que garanta a retomada em bases mais seguras do crescimento da economia brasileira.

Esse desempenho do PIB brasileiro pode ser examinado via evolução da escala trimestral. Retratada a evolução desse agregado no período 2014-2017 – **Gráfico 1** –, observa-se que a economia nacional alcança estabilidade no 1º trimestre de 2017 (variação de 0,0%) – depois de 11 trimestres consecutivos de variações negativas do produto, tendo-se por base o mesmo trimestre do ano anterior. A partir desse ponto, registra-se crescimento mais elevado nos trimestres subsequentes: 0,4% no 2º trimestre e 1,4% no 3º trimestre.

<sup>1</sup> Ver "Focus - Relatório de Mercado" (BCB) [05 de janeiro de 2018], Documento eletrônico disponível em PDF: <http://www.bcb.gov.br>

Gráfico 1 - Brasil: taxa de variação trimestral do PIB a preços de mercado, em %  
1º Trimestre de 2014 ao 3º Trimestre de 2017 (base: mesmo trimestre no ano anterior)

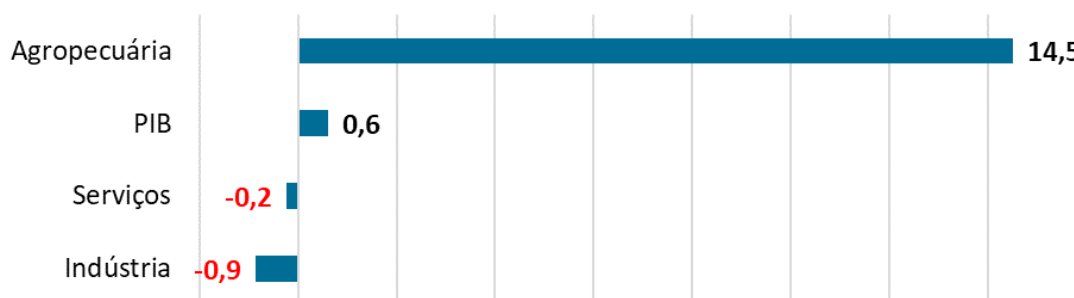


Fonte: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE. Elaboração CEPLAN.

Em termos setoriais, o crescimento do PIB ainda sofre influência do excelente desempenho da agricultura (crescimento de 14,5%), enquanto os setores da indústria e dos serviços ainda apresentavam variações negativas no resultado acumulado do ano (até setembro): -0,9% e -0,2% respectivamente, conforme **Gráfico 2**. A economia brasileira registra, segundo o IBGE, um crescimento ainda modesto, 0,6% no resultado

acumulado do ano (janeiro a setembro de 2017), relativamente ao mesmo período do ano de 2016, e ainda necessita de maior dinamismo originado dos setores de indústria e serviços. Todavia reitera-se que o fato de a economia parar de cair e ainda apresentar um pequeno crescimento pode ser considerado um bom resultado.

Gráfico 2 - Brasil: taxa de variação do PIB a preços de mercado, por componente Janeiro-Setembro de 2017 (base: mesmo período no ano anterior)



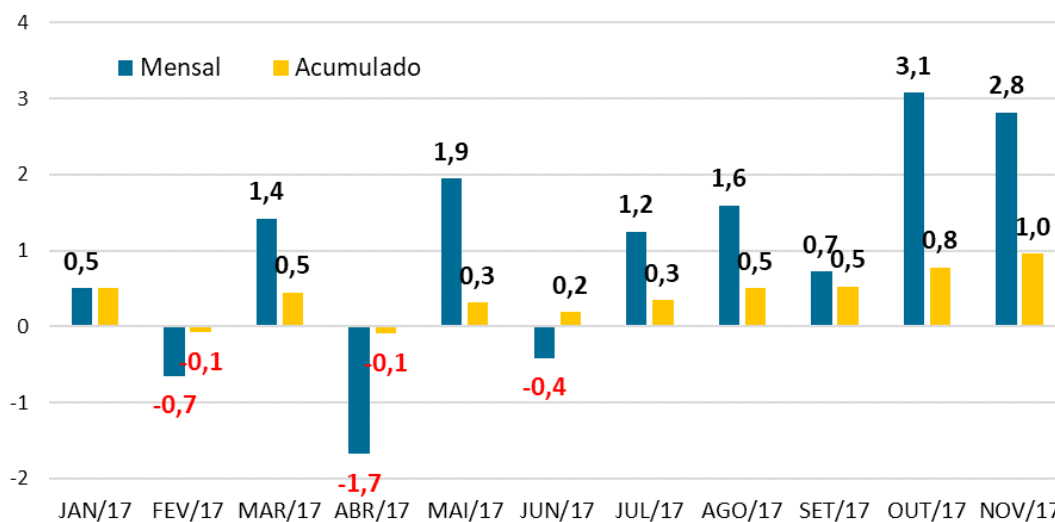
Fontes: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Por outro lado, dados do Banco Central relativos ao Índice de Atividade Econômica (IBC-BR), referentes a cada um dos meses de 2017, registram variações positivas ao longo do segundo semestre de 2017. Ademais, o índice acumulado do ano, tendo-se por base o correspondente período do ano anterior, apresenta variações positivas e crescentes desde junho de 2017 – conforme ilustrado no **Gráfico 3**. Logo, em linha com dados de outras fontes, também o índice de atividade econômica

divulgado pelo Banco Central aponta que o crescimento da economia nacional em 2017 situou-se um pouco acima de 1%.

Em síntese, os dados revelam não só variações positivas do nível de produção como também uma aceleração do crescimento no final do ano passado, em geral, indicando que o crescimento do PIB em 2017 deve se situar em um patamar próximo a 1%.

**Gráfico 3 - Brasil: taxa de variação mensal e acumulada do Índice de Atividade Econômica (IBC-BR), em %, a preços de mercado, Janeiro-Novembro de 2017 (base: mesmo período no ano anterior)**



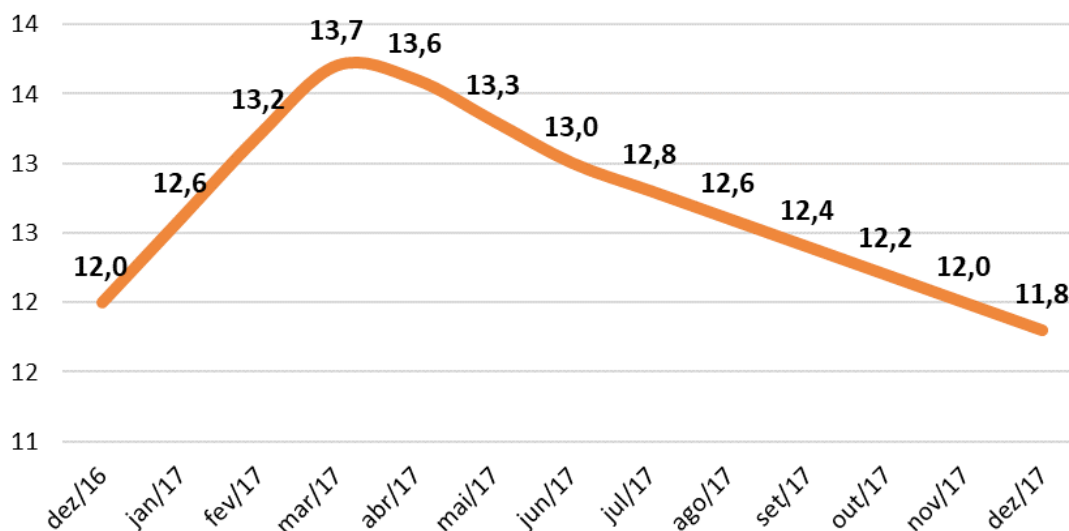
Fonte: IBC BR/ Banco Central. Elaboração CEPLAN

Nesse contexto, o mercado de trabalho, em associação com o caminho de recuperação da economia, também vem evoluindo de forma positiva nos últimos trimestres. A taxa de desocupação, no trimestre de outubro a dezembro de 2017, recuou para 11,8% – depois de ter atingido um pico de 13,7% no trimestre de janeiro a março; desde então mantendo essa trajetória decrescente (ver **Gráfico 4**). O contingente de desempregados se reduz de 14,2 milhões de pessoas, no primeiro trimestre do ano, para 12,3 milhões no trimestre encerrado em dezembro

Portanto, mesmo considerando-se que ao longo do ano de 2017 cerca de 1,9 milhão de indivíduos teriam saído da contingência de desocupação, deve-se reconhecer que se trata de quadro de desemprego que permanece preocupante. Ademais, a grande maioria dos empregos que vêm sendo gerados tem origem no segmento informal do mercado de trabalho <sup>2</sup>, ou seja, a redução da taxa de desemprego vem sendo acompanhada por aumento da informalidade, o que em geral se associa a empregos de remunerações mais baixa e sem a necessária proteção previdenciária.

<sup>2</sup>Segundo o IBGE (dado referente ao 3º trimestre de 2017) - [www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br) - é mais de meio milhão (501,3 mil) indivíduos vendendo algum tipo de alimento nas ruas. No 3º trimestre de 2016 eram 253,7 mil e em 2015 cerca de 100 mil. Portanto esse significativo crescimento do número de camelôs, com expressiva participação dos que comercializam alimentos, tem significativa participação no crescimento de ocupações informais e, conseqüentemente, influencia a recente redução da taxa de desemprego aberto.

**Gráfico 4 - Brasil: taxa de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (média móvel trimestral), em % - dezembro/2016 a dezembro/2017**



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

Outro aspecto relevante é que, no ano de 2017, o número de admissões em postos formais de trabalho, praticamente se iguala ao de demissões – saldo negativo de apenas 20.832. Em 2016, o saldo líquido de demissões havia sido de mais de 1,3 milhão de pessoas (**Tabela 1**). Portanto os dados ainda não representam uma recuperação do mercado de trabalho formal, mas, em comparação com o saldo fortemente

negativo do ano anterior, pode-se estar às vésperas de um ponto de inflexão da curva, que – salvo a ocorrência de intercorrências políticas ou da própria economia – estaria anunciando possível retorno ao estágio de geração líquida de novos postos de trabalho. Além disso, percebe-se que, excetuando-se a indústria, os demais setores já revelam saldos positivos: Agricultura, 37.004; Comércio, 40.087; e Serviços, 36.945.

**Tabela 1 - Brasil: saldo da movimentação do emprego formal - janeiro-dezembro/2016, dezembro/2017 e janeiro-dezembro/2017**

SUBSETOR	JAN/16-DEZ/16	DEZ/17	JAN/17-DEZ/17
Agropecuária	-14.188	-44.339	37.004
Indústria Extrativa	-11.909	-2.330	-5.868
Indústria de Transformação	-324.159	-110.255	-19.900
Alimentos e Bebidas	-36.549	-26.511	8.981
Química	-23.961	-15.056	1.785
Têxtil	-30.413	-20.798	2.679
Calçados	4.144	-14.399	-5.806
Outras	-237.380	-33.491	-27.539
SIUP	-12.789	-1.808	-4.557
Construção	-361.874	-52.157	-103.968
Comércio	-197.490	6.285	40.087
Serviços	-392.575	-107.535	36.945
Adm, técnicos e profissionais	-178.492	-19.434	37.571
Outros Serviços	-214.083	-88.101	-626
Administração Pública	-11.574	-16.400	-575
<b>Total</b>	<b>-1.326.558</b>	<b>-328.539</b>	<b>-20.832</b>

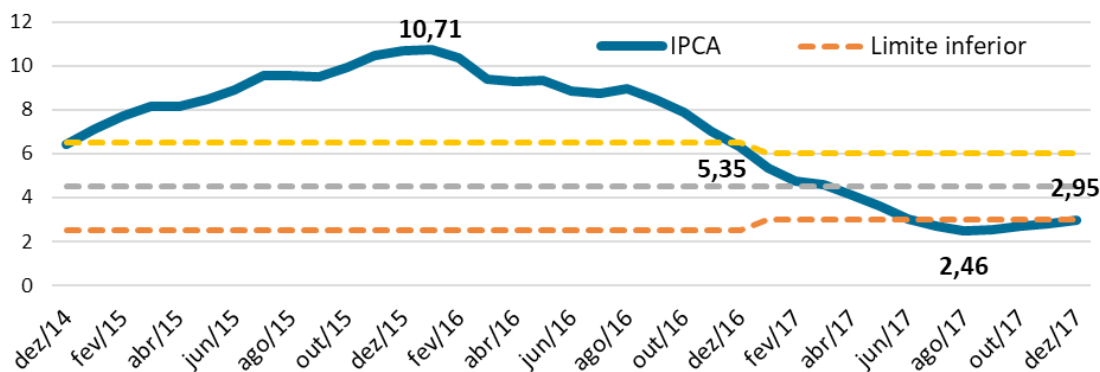
Fonte: Caged/MTE.

(\*) Saldo ajustado, considerando as informações fora do prazo de janeiro/2014 a junho/2017.

Esse ambiente de retomada da economia e do mercado de trabalho vem acompanhado de um processo de desaceleração da inflação. Nesse sentido, registre-se que o IPCA (indicador de inflação de 12 meses) atingiu, ao final de 2017, a marca de 2,95% – índice abaixo do limite inferior da meta do Banco Central (3%); fato inédito desde 1999, quando da instituição, no país, do regime de metas de inflação – **Gráfico 5**.

Portanto mesmo tendo-se em conta que parte da explicação para o baixo crescimento do nível de preços se deve à demanda enfraquecida, o resultado em termos de redução da inflação é bastante favorável. Abre-se espaço para maior redução da taxa de juros e, conseqüentemente, para retomada mais significativa dos investimentos e do consumo das famílias, e também para redução dos encargos da dívida pública.

**Gráfico 5 - Brasil: inflação (IPCA) em 12 meses, em % - dezembro/2014 a dezembro/2017**

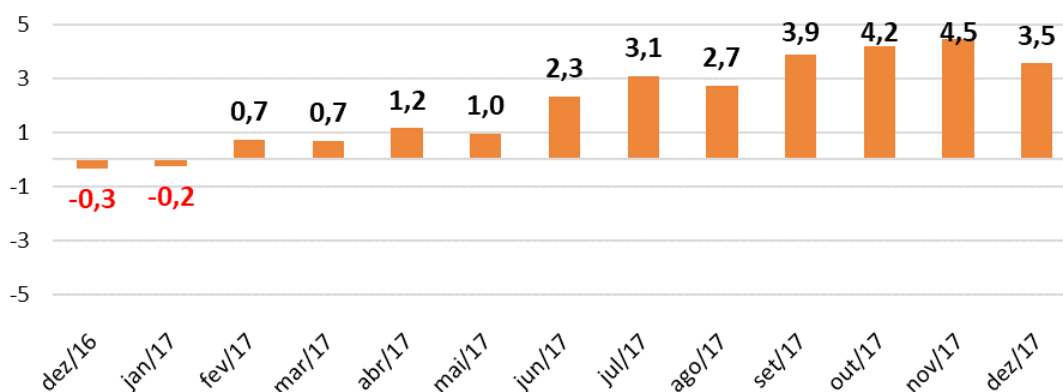


Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Inflação em declínio e recuperação do mercado de trabalho (significativa quanto à redução do contingente de desempregados, mas insatisfatória em termos sociais) são fatores que atuam no sentido de incrementar, em termos reais, a massa de salário dos ocupados; obviamente, assim se amplia o potencial de consumo das famílias. Com efeito, de acordo com o IBGE, para a massa real de

salários – fator básico para o aumento do consumo familiar – são registradas variações positivas desde o segundo mês de 2017 (Ver **Gráfico 6**). O conseqüente efeito positivo sobre o poder de compra das famílias explica expectativas razoavelmente otimistas acerca da melhoria das vendas tanto no varejo, quanto no segmento de serviços.

Gráfico 6 - Brasil: variação real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral) das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, em % - dezembro/2016 a dezembro/2017 (base: mesmo período no ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: O indicador é a média móvel trimestral da massa de rendimentos recebida em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas e com rendimento de trabalho; é calculada considerando-se o mês de referência, em cada divulgação, como limite superior. Os valores da série são corrigidos mensalmente por uso do deflator (IPCA) do mês intermediário.

Em suma, o desempenho da economia brasileira em 2017 é um pouco melhor do que o registrado em 2016, com o PIB crescendo um pouco mais de 1%. Isso ocorre depois de dois anos muito difíceis, período de declínio acentuado da produção de bens e serviços, de aumento do

desemprego e de queda da massa real de salários, o que comprometeu o consumo das famílias, afetando, conseqüentemente, tanto o desempenho do segmento varejista quanto o de prestação de serviços.

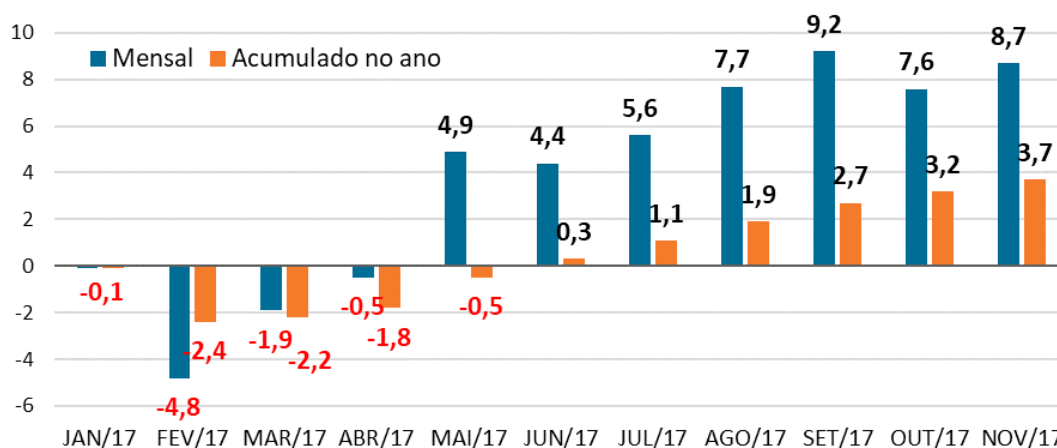


### Cresce o volume de vendas no varejo

O comércio varejista ampliado (agregado que resulta do acréscimo de 'veículos, motocicletas, partes e peças' e 'materiais de construção' ao conjunto de segmentos que compõem o varejo propriamente dito) apresenta, no país, uma variação positiva de 3,7% - conforme o resultado acumulado do ano (janeiro a novembro).

Portanto é um indicador de contínuo crescimento, desde junho deste ano, do volume de vendas no varejo ampliado. Isto é, mês a mês, o volume de vendas do varejo cresce com certa intensidade ao longo do ano. Por outro lado, o resultado mensal de novembro também é positivo (8,7%). Tal intensidade fica evidente quando se observam os resultados mensais, todos positivos, desde maio de 2017. (Ver **Gráfico 7**).

**Gráfico 7 - Brasil: variação mensal e acumulada no ano do Comércio Varejista Ampliado, em % janeiro/2017 a novembro/2017 (base: mesmo período no ano anterior)**

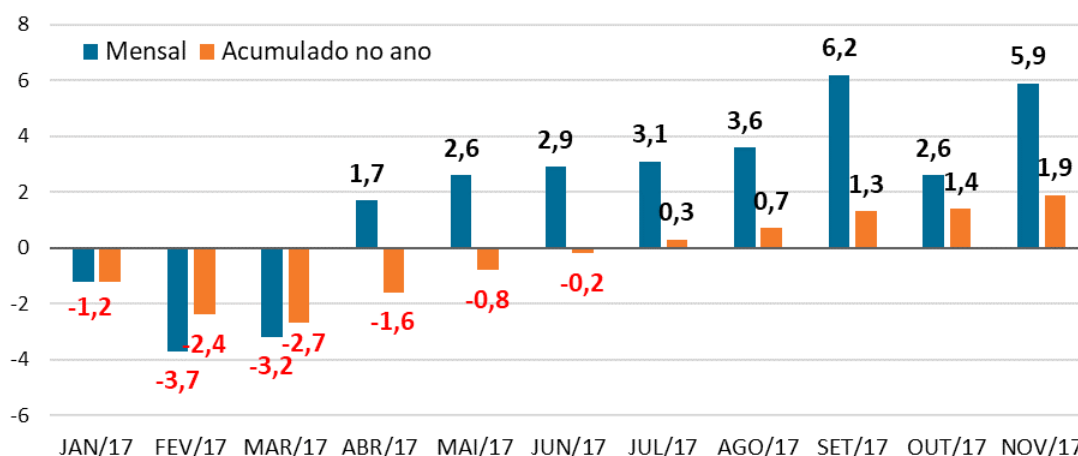


Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No que diz respeito ao varejo restrito - cujo desempenho (indicadores acumulado e mensal) é ilustrado no **Gráfico 8** - registre-se que o volume das vendas também cresce: 1,9% no acumulado e 5,9% no resultado mensal de novembro. Por conseguinte, também se observam variações positivas crescentes do indicador acumulado

do ano, a partir de julho. Portanto, como vem se afirmando em outros Boletins Mensais da Fecomércio, trata-se de dados que deixam claro que o desempenho do comércio varejista em 2017 foi significativamente melhor do que o observado no ano anterior.

Gráfico 8 - Brasil: variação mensal e acumulada no ano do Comércio Varejista, em % janeiro/2017 a novembro/2017 (base: mesmo período no ano anterior)



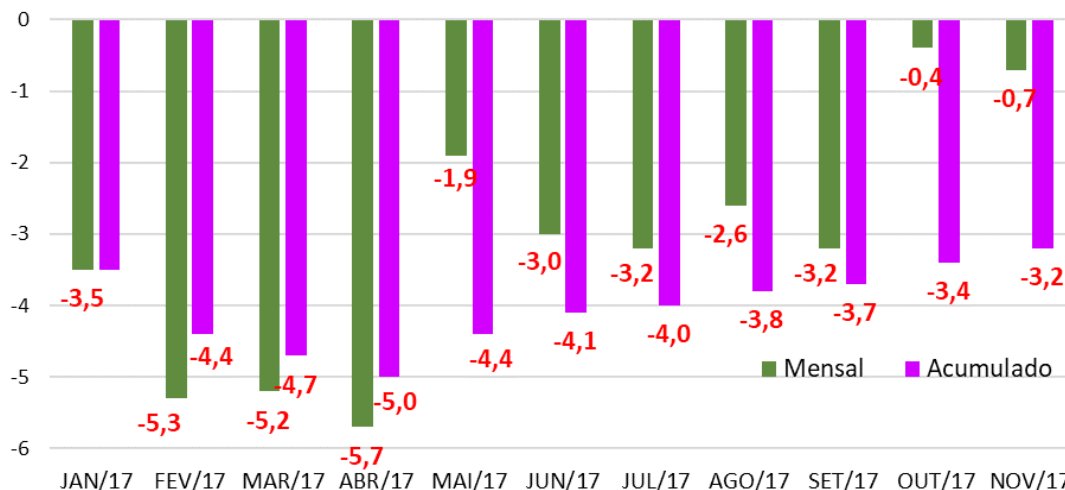
Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

### Modesta redução do ritmo de queda do volume de serviços em 2017

Considerado o prolongado declínio da economia brasileira, é natural que a retração se generalize e nenhum segmento produtivo venha a escapar da crise (sem prejuízo da possibilidade de alguns negócios específicos auferirem benefícios de uma situação amplamente adversa). Não viria o segmento de serviços sair ileso do descaminho da economia desde 2014. Além de fortes elos com o setor industrial, os serviços também envolvem atividades diretamente vinculadas à demanda final representada pelas famílias. Portanto, como já visto em Boletins anteriores, também neste setor da economia a recessão fez seu estrago. O que se destaca, agora, é o fato de ainda não serem registrados sinais de recuperação, destoando do que vem ocorrendo com o movimento agregado da economia brasileira e também no âmbito do comércio varejista. Com efeito, o resultado acumulado do ano (janeiro a novembro)

permanece fortemente negativo (-3,2), como ilustrado no **Gráfico 9**. Embora se note que desde abril, esse declínio é menos intenso: -5,0% em abril; -4,4% em maio; -4,1% em junho; -4,0% em julho; -3,8% em agosto; -3,7% em setembro; -3,4% em outubro; -3,2% em novembro. Quando se considera o volume mensal de negócios, o desempenho do segmento de prestação de serviços também é negativo e sem trajetória definida. No último mês pesquisado (novembro), a queda observada foi de 0,7%, um pouco acima do declínio registrado no mês de outubro (-0,4%) – mesmo assim são os dois resultados mensais menos desfavoráveis ao longo do ano, ou seja, os dados sobre o desempenho do setor de prestação de serviços, ao contrário do observado para o comércio varejista, continuam retratando um quadro desfavorável, ainda apresentando retração do volume de prestação de serviços, em relação ao ano anterior. Porém percebe-se uma atenuação no ritmo de queda.

Gráfico 9 - Brasil: variação mensal e acumulada no ano do volume de Serviços, em % - janeiro/2017 a novembro/2017 (base: mesmo período no ano anterior)



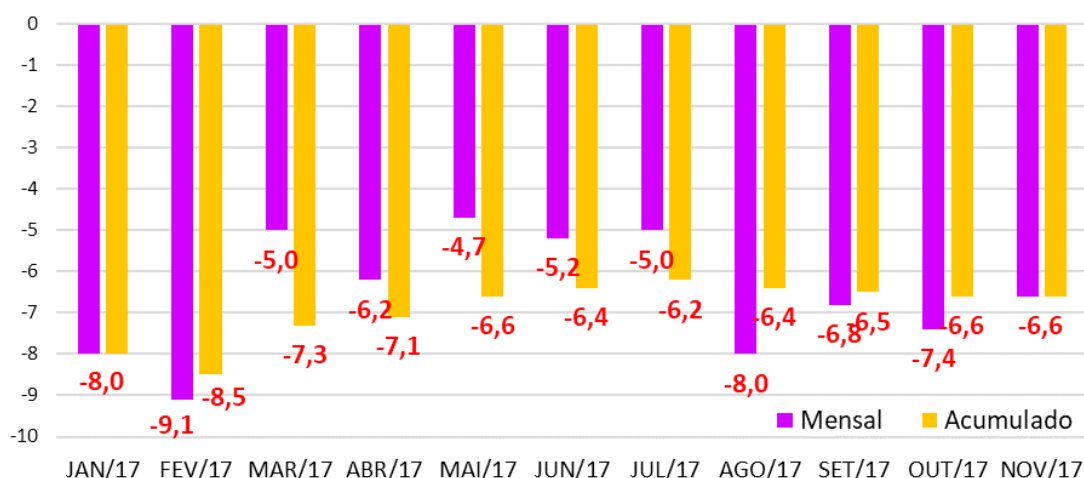
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

### Declínio do volume de atividades turísticas continua forte

O conjunto de atividades vinculadas a turismo, um componente do setor de prestação de serviços que guarda certas especificidades, apresentou - no ano de 2017 - variações negativas ainda mais intensas do que as registradas para o setor de serviços como um todo, conforme os indicadores mensais e acumulados, em comparação com iguais períodos de 2016 (**Gráfico 10**). O indicador acumulado que,

a partir de maio, revelou trajetória negativa, mas ligeiramente declinante, volta a se intensificar a partir de julho, culminando com um declínio de 6,6% em novembro. De forma análoga ao conjunto das atividades de serviços, o indicador mensal referente a atividades de turismo não tem trajetória definida, mas ao longo do ano os resultados são todos fortemente negativos, sendo também de -6,6% a variação observada em novembro de 2017, quando o cotejo é feito com o mesmo mês de 2016.

Gráfico 10 - Brasil: variação mensal e acumulada no ano do volume de Atividades Turísticas, em % janeiro/2017 a novembro/2017 (base: mesmos períodos do ano anterior)



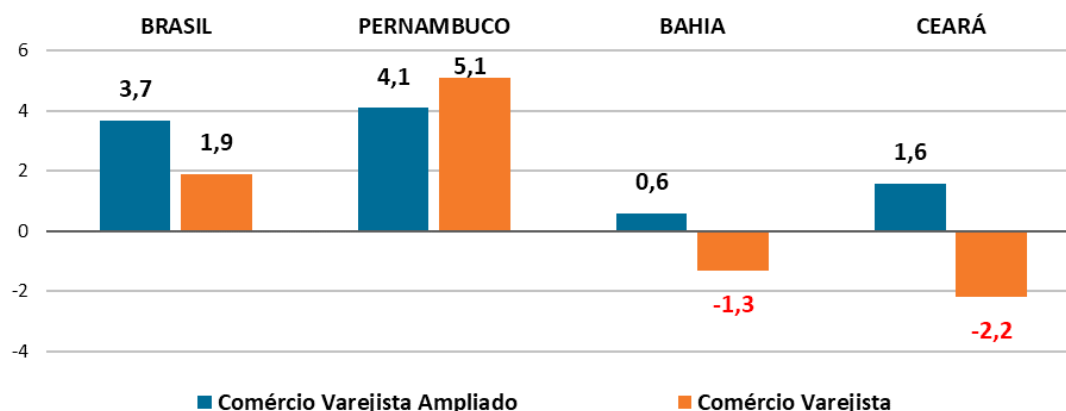
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

## 2. DESEMPENHO DO COMÉRCIO VAREJISTA E DOS SERVIÇOS EM NOVEMBRO DE 2017: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

O desempenho do comércio varejista (ampliado e restrito) no resultado acumulado do ano, ou seja, de janeiro a novembro de 2017, comparativamente ao mesmo período de 2016, pode ser visualizado no **Gráfico 11**. Trata-se de informações para o País como um todo e para os estados de Pernambuco, Bahia e Ceará – economicamente os três mais importantes do Nordeste. As variações do volume de vendas

em Pernambuco (4,1% no varejo ampliado e 5,1% no restrito) são diferenciadas positivamente dentre os territórios incluídos na análise. Bahia: 0,6% e -1,3%; Ceará: 1,6% e -2,2%; (restrito e ampliado, respectivamente). Em todo o País, observam-se as seguintes variações: 1,9% no varejo restrito e 3,7% no ampliado – portanto, desempenho positivo, mas também inferior ao do varejo pernambucano.

Gráfico 11 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação acumulada no ano do volume de vendas Varejo, em % - janeiro-novembro/2017 (base: janeiro-novembro/2016)

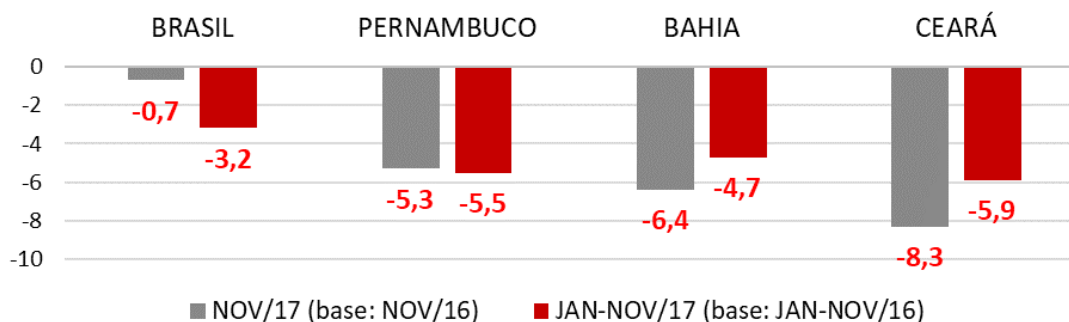


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Por outro lado, no que diz respeito ao volume de prestação de serviços (**Gráfico 12**), observe-se que quanto a Pernambuco o indicador mostra retração, tanto no confronto de novembro 2017 com novembro de 2016, quanto no resultado acumulado (janeiro-novembro de 2017, tendo por base o mesmo período do ano anterior): -5,3% no mês de novembro; e -5,5% no resultado acumulado do ano. Na Bahia, as reduções são, respectivamente: -6,4% e -4,7%.

No Ceará: -8,3% e -5,9%. E, no Brasil: -0,7% e -3,2%. Portanto todos os resultados são negativos – tanto o mensal quanto o acumulado. Além do mais, diferente do que se apontou para o comércio varejista, o desempenho, mensal e acumulado, no ano, do segmento de prestação de serviços em Pernambuco se dá com variações negativas mais fortes do que as observadas para o País em geral.

Gráfico 12 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação em novembro de 2017 e variação acumulada no ano, do volume de Serviços, em % - janeiro-novembro/2017 (base: mesmo período de 2016)

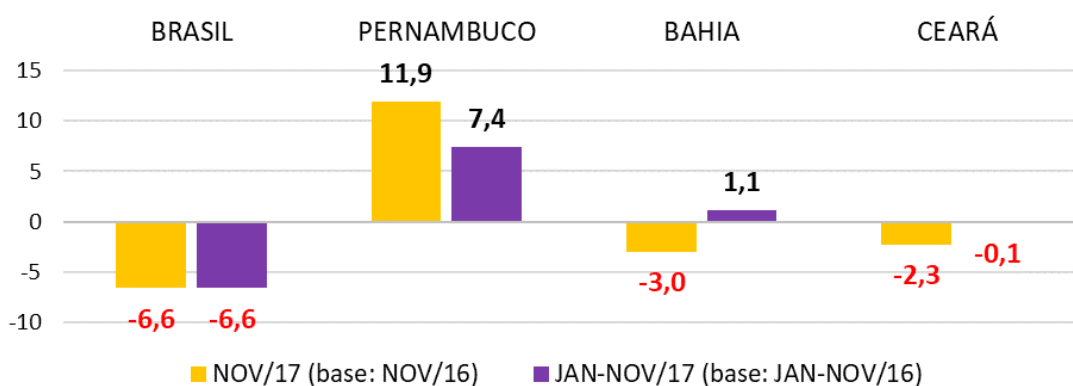


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Novamente, quando se particulariza, entre as atividades de serviços, o segmento de turismo, há algo que chama atenção; trata-se do desempenho positivo e diferenciado de Pernambuco no contexto nacional/regional, como se registra em outros estudos produzidos pelo Instituto Fecomércio. Com efeito, o indicador revela que o volume de serviços de turismo em Pernambuco cresce 7,4% de janeiro a novembro deste ano. Isso se dá em um cenário de retração de 6,6% no País, ao mesmo tempo em que no estado da Bahia, o crescimento

é de apenas 1,1% e o Ceará apresenta um decréscimo de 0,1% (ver **Gráfico 13**); portanto desempenho bastante aquém do alcançado por Pernambuco. Isto é, Pernambuco continua sendo exceção positiva no segmento de prestação de serviços de turismo. O resultado mensal de novembro referenda esse comportamento diferenciado de Pernambuco, que registra um crescimento de 11,9%, contra variações negativas nos demais territórios considerados na análise: Bahia (-3,0%), Ceará (-2,3%), e o País como um todo (-6,6%).

**Gráfico 13 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de Atividades Turísticas, em % - novembro/2017 e janeiro-novembro/2017 (base: mesmos períodos do ano anterior)**



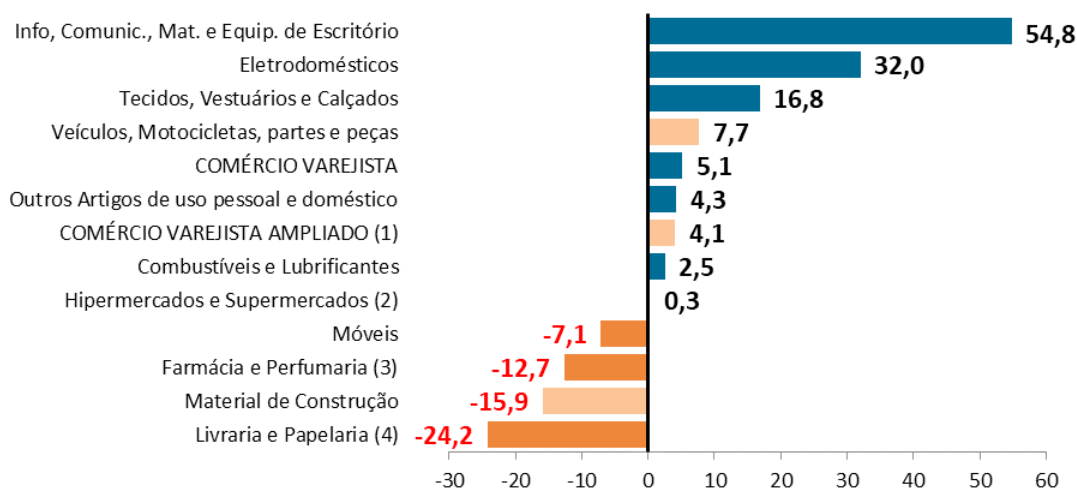
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

### 3. SEGMENTOS DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS EM PERNAMBUCO

Nessa seção, mantém-se procedimento habitual em todas as edições do Boletim Fecomércio-PE, ou seja, é incorporado detalhamento da composição do comércio e dos serviços por grupos de atividade. Por essa razão, é conveniente que mais uma vez seja feita referência ao caráter dual da abordagem do varejo. Primeiro, composição – conforme as atividades específicas – do **comércio varejista na acepção tradicional** e mais conhecida: combustíveis e lubrificantes; hipermercados e supermercados; tecidos, vestuários e calçados; móveis; eletrodomésticos; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; livros, jornais,

revistas e papelarias; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; outros artigos de uso pessoal e doméstico. Acrescentando-se a tal conjunto as atividades concernentes a veículos, motocicletas, partes e peças, além de material de construção, é revelado o agregado **comércio varejista ampliado**. São assim sistematizadas no **Gráfico 14** informações sobre o acumulado do volume de vendas, no ano de 2017, referentes a cada um dos grupos de atividades dos segmentos do varejo e do varejo ampliado, comparativamente ao mesmo período de 2016.

**Gráfico 14 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de vendas por Segmento do Varejo, em % - janeiro-novembro/2017 (base: janeiro-novembro/2016)**



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi. (1) Inclui veículos e materiais de construção, além dos demais segmentos do varejo; (2) Inclui produtos alimentícios, bebidas e fumo; (3) artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumarias e cosméticos; (4) Corresponde a livros, jornais, revistas e papelaria.

É destacável o fato de que sete dos onze segmentos que compõem o comércio varejista registram variações positivas, enquanto os quatro restantes ainda apresentam variações negativas no resultado acumulado do ano de 2017. Entre os positivos: informática e comunicação equipamentos e materiais para escritório (54,8%); eletrodomésticos (32,0%); tecidos, vestuários e calçados (16,8%); veículos, motocicletas, partes

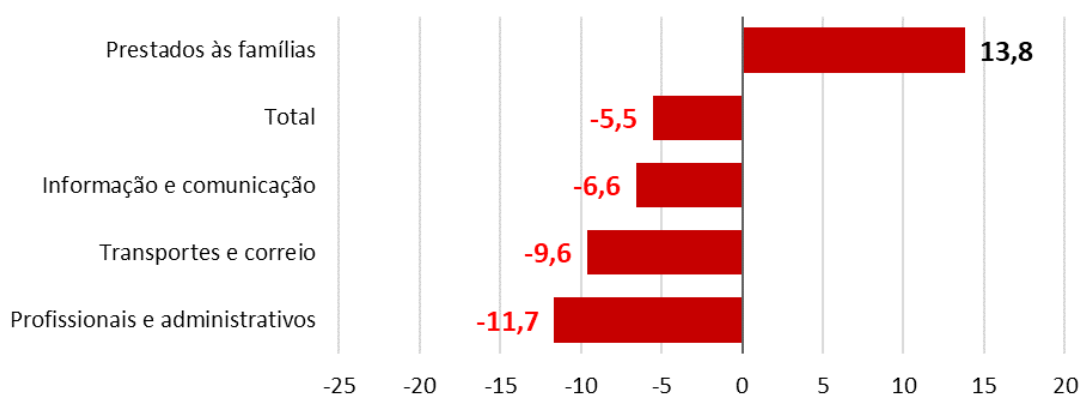
e peças (7,7%); outros artigos de uso pessoal e doméstico (4,3%); combustíveis e lubrificantes (2,5%); e hipermercados e supermercados (0,3%). Entre os negativos: livraria e papelaria (-24,2%); material de construção (-15,9%); farmácia e perfumaria (-12,7%); e móveis (-7,1%). De uma maneira geral, pode-se afirmar que a inflação em queda significativa, o mercado de trabalho apresentando alguma recuperação

e o conseqüente aumento do poder de compra dos consumidores, além da redução dos juros do crédito para pessoa física no período, explicam o aumento do volume de vendas na maioria dos segmentos do varejo e também no comportamento do agregado, tanto no varejo restrito quanto no ampliado.

Quando se trata dos segmentos que compõem o setor de prestação de serviços, a retração

(acumulada no ano) é quase generalizada (**Gráfico 15**). Com exceção de 'serviços prestados às famílias', em que tem lugar significativa variação positiva de 13,8% no acumulado do ano (janeiro a novembro), os demais segmentos têm desempenho negativo: 'transportes e correio' (-9,6%); 'serviços profissionais e administrativos' (-11,7%); e 'informação e comunicação' (-6,6%). Em termos globais, a variação é negativa (-5,5%).

**Gráfico 15 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de Serviços, segundo as Atividades, em % - janeiro-novembro/2017 (base: mesmo período do ano anterior)**



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Tais informações constituem evidência de que o segmento de prestação de serviços permanece em defasagem comparativamente a outras atividades econômicas, no que diz respeito ao passo de retomada do crescimento, ou seja, para se materializar a completa via de retomada da economia alguns degraus de avanço ainda terão que ter lugar. De fato, diante de uma severa contração da renda disponível por praticamente três anos, a recuperação dos gastos das famílias vai se dando pelo que é mais urgente (alimentos, vestuário, utensílios, cuidados pessoais etc.), devendo correr algum tempo para que novamente se recupere um leque mais amplo de despesas.

Ademais, atividades de serviços em que persistem variações negativas, conforme as informações aqui apresentadas (serviços profissionais e administrativos, correios, transporte), vinculam - se à demanda, que tem importante participação de empresas/agentes vinculados a outras atividades econômicas. Significa que a retomada precisa de fato completar a generalização de todo o aparato produtivo, eliminando-se retrações de demanda que ainda atingem certos segmentos, a exemplo de atividades de transporte.



## 4. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

É de lenta recuperação o retrato que se obtém do desempenho da economia brasileira no final de 2017. Pode-se afirmar que a atual situação econômica do país é melhor que a experimentada desde 2014 e, particularmente, em 2015 e 2016. Por outro lado, alimenta-se expectativa realista de que tal desempenho positivo, embora modesto, signifique o início de uma recuperação sustentada da economia brasileira.

Coerentemente com tal quadro de melhoria econômica, o mercado de trabalho também revela sinais de gradual recuperação. Paulatina redução da taxa de desocupação da força de trabalho (IBGE) e saldos levemente negativos da geração de empregos formais são indicadores que atestam esse novo momento do mercado trabalho, instância econômica de grande importância em termos de redução do custo social gerado pela crise, que enfim parece estar encontrando uma saída.

Nesse novo ambiente, o comércio varejista do país – instância fundamental que serve de indicador do humor e da disposição do consumidor, em função do que ocorre com a renda real e, portanto, com o poder aquisitivo das famílias – apresenta indicadores positivos. Por sua vez, o segmento de serviços, mesmo apresentando declínio menos acentuado nos meses recentes, ainda acumula perdas em relação ao ano de 2016.

Em termos de mercado de trabalho, a melhora ainda se dá com preeminência de geração de ocupações informais – alternativa utilizada por trabalhadores que não conseguem retornar ao posto de trabalho formal anterior à crise e por novos entrantes no mercado de trabalho. Engajamento em trabalho autônomo

tem sido a porta de saída do desemprego para muitos trabalhadores.

Além disso, consolida-se o movimento de declínio acentuado da inflação, alcançando-se o confortável patamar de 2,95% (IPCA) ao final de 2017, portanto abaixo do piso (3,0%) estabelecido pelo Banco Central. A decorrente redução da taxa básica de juros da economia é outro importante elemento. Essa significativa e consistente redução da inflação (de quase 11% em 2015 para as atuais cercanias de 3,0%) propicia, por outro lado, crescimento da renda real do trabalho, o que responde por parte da variação positiva do PIB, que vem sendo observada nos últimos trimestres.

O déficit fiscal do setor público permanece elevado e tende a ser mais desafiador ainda diante da dificuldade do governo de controlar os gastos públicos, mesmo depois da recente revisão, para cima, das metas de déficit fiscal (159 bilhões de reais em 2017 e igual valor em 2018. Note-se que o déficit em 2017 ficou no R\$ 124,4 bilhões de reais, portanto abaixo da meta)<sup>3</sup>. Por outro lado, mesmo que algumas unidades da federação venham escapando de agravamento da crise fiscal, permanecem graves problemas nas contas públicas de estados e municípios. Essa vulnerabilidade do quadro fiscal é declarado motivo para rebaixamento, em 11 de janeiro deste ano, da nota de crédito soberano do Brasil de “BB” para “BB-”, pela agência internacional de classificação de risco Standard & Poor’s. Dessa forma, o Brasil se distancia ainda mais do conceito de bom pagador – três níveis abaixo do ambicionado “grau de investimento”.

<sup>3</sup>Notar que se trata de valor que tem influência de receitas extras (REFIS, privatizações, e precatórios não sacados).

Ademais, a contingência de 2018 ser um ano eleitoral impõe maiores restrições a iniciativas de reformas estruturais. A crise fiscal do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais exigirá medidas duras que demandarão tempo e disposição política. Os benefícios, a ser possivelmente auferidos em médio e longo prazo, repousam na hipótese otimista de que o ambiente econômico – seguindo-se ao político – não apresente novos retrocessos.

A crise que o país começa a superar se dá, agora, em uma economia fortemente terciária-industrial, com um moderno agronegócio e um setor terciário avançado. A perda de valor econômico, em um aparelho produtivo como o atual, é imensa e leva a enorme prejuízo social, do qual o elevado desemprego é a face mais visível, mas infelizmente não exclusiva. Aumento da informalidade, desajustes sociais são aspectos presentes na realidade, mas geralmente invisíveis em diagnósticos técnicos, envoltos em racionais abordagens econômicas.

Ressalte – se que não se pode desconsiderar que o país necessita, com urgência, modernizar e inovar as instituições econômicas e sociais, algumas demandando mudanças constitucionais cuja viabilidade depende de uma adequada concertação política – difícil de ser viabilizada em ano eleitoral, que envolve escolha de presidente, governadores, deputados e senadores. Portanto o melhor cenário para o futuro imediato seria o de avanço em termos de reformas estruturais, e de políticas que evitassem aprofundamento dos déficits fiscais dos estados e da União. Surpresas desagradáveis nessa área podem ser muito prejudiciais ao afetar negativamente expectativas dos agentes econômicos.

Em síntese, não fosse a questão política – que também explica em parte o pouco dinamismo do investimento – poderia haver maior segurança de que finalmente se retomaria uma trajetória de recuperação sustentada da economia. Contudo não se pode descartar a possibilidade de que o crescimento econômico atual seja reprimido por conta de alguma contaminação política e/ou fiscal, que possa de alguma forma comprometer esse razoável momento econômico que o país atravessa. De toda forma, a expectativa dos agentes econômicos é de que o ano de 2018 apresente um desempenho econômico significativamente superior ao de 2017, com crescimento do PIB (2,66%), conforme previsto no último Boletim Focus<sup>4</sup>.

Em tal contexto, o cenário para Pernambuco é também de otimismo. A esse propósito, registre-se que – de acordo com a Agência Condepe/Fidem – Pernambuco apresenta no resultado acumulado do ano (até setembro) um desempenho positivo do PIB de 2,1%; portanto bem acima da variação verificada para o país como um todo (0,6%); com exceção da indústria, que declina 0,9% no resultado acumulado do ano, os outros dois setores revelam variações positivas: serviços (2,3%) e agropecuária (16,7%). A expectativa da Agência é de que Pernambuco tenha terminado o ano de 2017 com um crescimento do PIB de cerca de 2%, portanto o dobro do crescimento esperado para o País. No que diz respeito ao comércio varejista, o desempenho de Pernambuco também revela um maior crescimento do volume de vendas do que a média do país. Portanto, nesse momento nacional de provável retomada de um crescimento econômico mais significativo, a economia pernambucana tem registrado um desempenho ainda melhor do que o conjunto do país.

<sup>4</sup>Ver “Focus – Relatório de Mercado” (BCB) [26 de janeiro de 2018]. Documento eletrônico disponível em PDF: <http://www.bcb.gov.br>

## REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contas Nacionais Trimestrais. 3º Trimestre/2017.

**Pesquisa Mensal do Comércio.**  
Novembro/2017.

**Pesquisa Mensal dos Serviços.**  
Novembro/2017.

**Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Novembro/2017.

**Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor.** Dezembro/2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.** Dezembro/2017

### EXPEDIENTE - FECOMÉRCIO-PE

Presidente: Josias Silva de Albuquerque  
Diretora-executiva do Instituto Fecomércio: Brena Castelo Branco  
Economista: Rafael Ramos  
Designer: Nilo Monteiro  
Revisão de Texto: Glauce Dias

### EXPEDIENTE - CEPLAN-PE

Jorge Jatobá  
Tania Bacelar  
Osmil Galindo  
Roberto Alves  
Ademilson Saraiva

Sede provisória Rua do Sossego, 264, Boa Vista,  
Recife, Pernambuco, CEP 50.050-080  
Tel.: (81) 3231-5393 (PABX)

Anexo: Rua Bispo Cardoso Ayres, 147, Sala 105,  
Santo Amaro (esquina com a Rua do Príncipe)  
Recife, Pernambuco, Brasil, CEP 50.050-135  
Tel.: (81) 3423-8423 | 3423-7440 (PABX)

